



Ministério da Educação
Universidade Federal do Cariri
Faculdade de Medicina
Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família – PROFSAÚDE UFCA

ANEXO AFIG – FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO¹

Eu, _____ (nome civilmente registrado) _____, R.G. nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____

_____, declaro para fins de Processo Seletivo regido pelo Edital nº 01/2023 – Chamada de Seleção Pública do Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE) – polo Universidade Federal do Cariri - UFCA, que sou _____ (TRAVESTI, HOMEM TRANS, MULHER TRANS).

Declaro, ainda, ter ciência de que as informações prestadas para o processo de análise da condição declarada por mim, são de minha inteira responsabilidade e quaisquer informações inverídicas prestadas implicarão no indeferimento da minha solicitação e na aplicação de medidas legais cabíveis.

Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, asseguro a mim o direito ao contraditório e a ampla defesa, estou também ciente que posso perder o direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela decorrentes, independentemente das ações legais cabíveis que a situação requerer.

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito (a) às sanções prescritas no Código Penal² e às demais cominações legais aplicáveis.

Por ser verdade, dato e assino.

Local/data: _____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) candidato(a)

¹ RESOLUÇÃO CONSUNI N.º 148, DE 13 DE JUNHO DE 2023 - Dispõe sobre a política de ações afirmativas na pós-graduação na UFCA. Disponível em: https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2023/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA_148_2023_CONSUNI-Pol%C3%ADtica_de_A%C3%A7%C3%B5es_Afirmativas.pdf.

² Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.